

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ALVO DA COBIÇA DAS MOCINHAS: OS LAÇOS MATRIMONIAIS ENTRE MÉDICOS E HERDEIRAS DA ELITE CAFEICULTORA DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE OITOCENTISTA.

Anne Thereza de Almeida Proença¹
Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ
proenca.anne@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo apresentar os laços que se estabeleceram entre os médicos e a elite cafeeira do interior da Província do Rio de Janeiro e que foram reforçados através dos casamentos com as herdeiras das importantes famílias da região. Inicialmente chamados para realizarem atendimentos à família e aos agregados destes proprietários, a presença dos clínicos nos complexos cafeeiros tem um crescimento a partir da segunda metade do século XIX, com a instalação de hospitais para atendimento aos escravizados nas fazendas. Recorrer ao clínico para alcançar o reestabelecimento da saúde estava inserido nos considerados bons e civilizados hábitos, que deveriam ser disseminados nesta sociedade que se enriquecia e deveria se comportar de acordo com o novo patamar econômico e político que alcançava no Império brasileiro. Assim, com os clínicos cada vez mais próximos do cotidiano familiar da classe senhorial do Vale do Paraíba fluminense, tornou-se comum a realização destes matrimônios.

Este novo *status* da sociedade do interior fluminense tornou-se o principal elemento de transformação da região: “o café enobrecia e civilizava” (LAMEGO, 1963, p. 170). O crescente protagonismo econômico e político construía as dinâmicas internas, direcionavam o ritmo do crescimento e remodelação dos municípios e marcava a entrada definitiva da elite cafeeira na política, cujos posicionamentos visavam defender primeiramente os interesses dos grandes proprietários de terras e escravizados. O Vale do Paraíba fluminense tornava-se cada vez mais polo de atração para diversos profissionais liberais, entre eles os médicos, vindo de outros pontos do país e até mesmo da Europa, buscando alcançar suas expectativas profissionais e pessoais. Segundo Stanley Stein (1961), este grupo passou a constituir o núcleo intelectual da classe média e que, apesar de disporem de recursos limitados, comparados aqueles que possuíam nos grandes

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. Bolsista Nota 10 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

centros, “eram respeitados pelos fazendeiros, que seguiam, nesse ponto, a tradição europeia em relação ao universitário, o ‘doutor’” (STEIN, 1961, p. 149).

A posse de um título universitário significava, desde os tempos coloniais, estar em um nível elevado dentro da hierarquia social brasileira, *status* que se consolidou durante o século XIX (STEIN, 1961). Apesar do diploma já destacar socialmente esses homens, ser médico, por si só, não era garantia de encontrar portas abertas em todos os lugares que procurassem iniciar sua atuação profissional ou até mesmo de sucesso em demais áreas da sociedade oitocentista. Localizar estes profissionais dentro do seu contexto e de uma tendência mais ampla que determinava a etiqueta que deveria ser seguida pelos membros deste grupo acadêmico e que ultrapassava os limites físicos do interior da Província do Rio de Janeiro, assim como as redes de sociabilidade das quais faziam parte, nos permite entender os fatores que influenciaram diretamente os rumos tomados por eles na região. A demanda pela presença dos médicos foi também uma construção social.

A partir destas “hierarquias internas situacionais e simbólicas” (SALLES, 2008, p. 53), a região, antes isolada serra acima, se aproximava do litoral considerado civilizado. As fazendas, mais do que unidades produtoras de café, tornaram-se núcleos a partir dos quais se irradiavam noções de civilidade que seguiam “a direção moral e intelectual que emanava do Estado” (SALLES, 2008, p. 53). Os grandes cafeicultores tornaram-se verdadeiras autoridades locais, construindo sua rede de contatos, definida por suas relações com os demais setores com quem conviviam, de forma a reafirmar sua posição central naquela localidade.

Se na primeira metade do século XIX, era comum que os fazendeiros escolhessem tratar até mesmo das graves enfermidades por meio de remédios caseiros ou buscando tratamento pelas mãos de praticantes populares de cura, tais como escravizados com reputação de curandeiros, as noções de civilidade importadas dos grandes centros do Império e da Europa indicavam o tratamento médico como a opção considerada mais segura para o reestabelecimento da saúde. As chamadas “mezinhas caseiras”, assim como práticos empíricos, tornaram-se alvos de ataques registrados nos relatórios médicos, que os culpavam pelo agravamento de enfermidades e pelas morte de homens livres e escravizados, que seriam evitadas caso fossem levados imediatamente aos cuidados de médicos diplomados (STEIN, 1961). Os curandeiros e outros praticantes das artes de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

curar, porém, seguiram com seu prestígio na sociedade do interior. Portanto, cabe aqui refutar a ideia de que as pessoas buscavam formas não científicas de cura apenas pela possível falta de médicos em seus municípios. A escolha do tratamento estava relacionada às concepções de saúde e doença do próprio enfermo.

Além desta escolha, a questão dos altos vencimentos cobrados pelos médicos, em casos de atendimento particular, também selecionava quem de fato poderia arcar com os custos de ter um clínico à sua disposição. Podemos considerar, com isso, que a crescente presença e expansão dos médicos pelo Vale de forma semelhante ao ritmo e direção da produção cafeeira tenha relação justamente com esta busca por pacientes que melhor aceitariam e seguiriam seu discurso acadêmico, assim como teriam condições de arcar com os custos dos honorários médicos cobrados à época: a elite cafeeira. Assim, “os fazendeiros mais ricos, a par dos progressos europeus, recorriam aos serviços de médicos estrangeiros diplomados que apareciam no Brasil na segunda metade do século” (STEIN, 1961, p. 231) e, com isso, ainda reafirmavam sua posição econômica frente aos demais setores sociais presentes na região.

A partir deste olhar social sobre o Vale, bem mais amplo do que seus limites físicos e administrativos, o compreendemos como um espaço vivo, em que as relações eram mutáveis e cujo ritmo determinava as ações dos diferentes grupo ali presentes. O contexto e a sociabilidade nos quais os médicos estavam inseridos apresentavam a eles alternativas de estratégias que se mostravam mais adequadas e opções para construção de relações, que deveriam ser fortes e abrangentes, as quais os auxiliariam a conquistarem seus espaços profissionais e se confirmarem como agentes sociais de destaque no interior da Província fluminense. E consideramos os laços matrimoniais como uma destas estratégias.

Integrados ao ritmo e dinâmicas da vida rural brasileira, os clínicos não eram apenas servidores, cuja função era atender as demandas de saúde daquela sociedade, mas passaram a ocupar espaços na administração, nas escolas, nas tipografias e publicações, nos clubes e sociedades e na política. Participavam e compartilhavam dos interesses gerados pela economia da grande lavoura do Vale, ao mesmo tempo em que levavam para o interior um conhecimento mais vasto do mundo (STEIN, 1961). Traziam em suas bagagens um discurso acadêmico que foi adaptado à nova realidade em que viviam e que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

buscava estar de acordo com os interesses da elite agrária, para que assim fosse mais facilmente absorvido, disseminado e solicitado.

Consideramos que a forma mais eficiente de alcançar uma posição de destaque na sociedade local era justamente buscar a aproximação de grandes proprietários de terras e escravizados, adequando seus hábitos, seu discurso e modos de agir às demandas por eles apresentadas. Através desta forma de apadrinhamento, no qual o médico receberia mais do que apoio financeiro, mas principalmente teria o capital social proveniente deste fazendeiro, o clínico teria mais chance de alcançar outros setores sociais e até mesmo tornar-se proprietário.

A questão do auxílio mútuo entre eles era outro ponto que permeava a construção destas relações. Ao recorrer a um representante da medicina para o tratamento de seus cativos, de sua família e agregados, a elite cafeeira afirmava sua confiança nas suas concepções de saúde e doença provenientes das instituições médico-científicas de filiação europeia. E tal reconhecimento se confirmava quando o tratamento escolhido pelo médico conseguia restabelecer a saúde do enfermo ou amenizar os efeitos da chegada de uma determinada moléstia, consolidando o nome do clínico na região e tornando-se um exemplo para os outros setores sociais, que tinham estas importantes famílias como referência. O prestígio social adquirido por estes grandes proprietários fazia com que sua influência ultrapasse os limites da política, e da economia da região onde estavam estabelecidos e de sua própria família, o que Mariana Muaze (2015) denominou de “capilarização de influências” (p. 78).

A aproximação dos médicos com as poderosas famílias da região não garantia somente a presença deles nas propriedades rurais. A influência destes fazendeiros fazia com que estes médicos tivessem cada vez mais credibilidade com a população da região e conseguissem atuar de forma autônoma fora dos limites das fazendas, através de consultas particulares em domicílio, formando sua clientela e podendo alcançar o almejado reconhecimento e retorno financeiro. Segundo Betânia Figueiredo (2002), “várias referências aos médicos estabelecidos no interior mineiro indicam relativo sucesso e uma posição financeira respeitável, ou dito de outro modo, não enfrentando problemas de ordem financeira” (p. 219). E podemos observar que isto também acontecia aos que atuavam em terras fluminenses.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em contrapartida, as medidas higienistas acabaram por também serem utilizadas como ferramentas dos interesses políticos para que o país atingisse o patamar de “civilização”, através da educação da população, juntamente com o aumento do prestígio dos médicos na sociedade, pois o “suposto era que da aplicação de leis e da medicina surgiria uma nação civilizada” (MARRAS, 2004, p. 100). Como afirma o autor Stelio Marras (2004), o higienismo estava de acordo com o interesse político da elite. O discurso médico, portanto, só se firmou a partir do interesse da sociedade, “cada vez mais obcecada, fascinada e agitada com o corpo e o destino dos indivíduos do que da medicina” (FAURE, 2012, p. 55). Isso abria espaço para que os médicos se tornassem presença cada vez mais constante nas sociedades, ávidas por resolução de seus problemas de saúde.

Os bons partidos médicos

Baseadas nesta aproximação, inicialmente profissional, e no círculo limitado da região, as famílias enriquecidas consideravam os clínicos que já tinham alcançado um padrão de vida estável como pretendentes ideais para o casamento com suas filhas. Para além dos limites da Província do Rio de Janeiro, Betânia Figueiredo (2002) coloca os médicos como “alvo da cobiça das mocinhas que desejavam realizar um bom casamento” (p. 223), no interior das Minas Gerais, já que era considerada uma profissão que possibilitava alcançar pequenas fortunas. E, fora do Império brasileiro, Richard Sheridan (1985) também apresenta esta questão do matrimônio como algo recorrente entre os médicos que trabalhavam nas *plantations* açucareiras das ilhas caribenhas no início do século XIX e as herdeiras dos grandes proprietários.

A presença do médico ganhava cada vez mais espaço na aristocracia rural e se fortalecia tornando-o “semelhante, quase íntimo” (CORBIN, 2009, p. 553) destas famílias. E as “relações que se estabelecem permitem as visitas frequentes e às vezes não se sabe mais se elas derivam da amizade, da polidez ou da atividade profissional” (CORBIN, 2009, p. 554). O aprofundamento desta relação também é observado por Eloy de Andrade (1989), cujo livro reúne memórias do seu pai, que atuou no Vale do Paraíba fluminense do século XIX, inclusive como médico de várias fazendas:

Com a continuidade de suas visitas, o médico, depois de alguns anos, acabava por ser considerado membro da própria família, escolhido para padrinho de batismo e de casamento e ouvida a sua opinião nos assuntos sérios e reservados, até mesmo nas divergências do casal, das de seus

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

filhos e genros. Nas festas de Natal e Ano Bom, ou por ocasião do seu aniversário recebia presentes de valor, anéis, relógios, abotoaduras, principalmente se fora feliz em enfermidade grave, salvando alguma pessoa da família (ANDRADE, 1989, p. 292).

Através dos conhecimentos científicos e da palavra destes médicos de que seriam capazes de amenizar as mazelas e diminuir as recorrentes mortes naquela sociedade, estes profissionais tornaram-se cada vez mais próximos dos grandes proprietários, que recorriam a eles para o tratamento de familiares e de seus escravizados (MAUAD e MUAZE, 2004). O discurso médico era obedecido, influenciando inclusive nos “conhecimentos transmitidos de mãe para filha” (CORBIN, 2009, p. 555) sobre os cuidados com a saúde. Representavam os novos e civilizados hábitos, através dos quais seria possível ter uma vida mais saudável.

A prática médica no século XIX se caracterizava pela ida do médico ao encontro dos enfermos, respondendo a um chamado da família. Em suas propagandas, se colocavam à disposição a qualquer hora do dia e da noite, adequando o preço cobrado ao tipo de atendimento realizado, a distância percorrida por ele e ao tempo que durava a visita, o que poderia tornar a remuneração bem gratificante. A permanência dos clínicos por tanto tempo junto à estas famílias possibilitava que eles se conhecessem, dividissem segredos e se tornassem aliados (CORBIN, 2009). Segundo Alain Corbin (2009), aproximar-se das mulheres era interessante para os médicos, já que são elas que “fazem e desfazem sua reputação; são elas que, no interior da família, gerenciam as coisas da saúde” (p. 554).

Eles davam as instruções para “a dona da casa ou pessoa da família que o médico conhecia por mais inteligente” (ANDRADE, 1989, p. 232). E, caso a senhora não fosse alfabetizada, o que era muito comum à época, os médicos buscavam adaptar estas instruções, indicando os medicamentos por seus tamanhos, cores e paladar. Solicitava, ainda, que a senhora repetisse as recomendações para certificar-se que ela tinha o compreendido (ANDRADE, 1989). Com isso, estes profissionais poderiam ter nas mulheres aquelas que seguiriam e disseminariam seu discurso em suas redes de relações e para as gerações seguintes, que estavam sob sua tutela.

O papel social reservado à mulher livre e enriquecida no século XIX era limitado ao lar. Sua função principal eram os cuidados com a casa e sua família. Inicialmente, seus

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ensinamentos se limitavam a costurar, bordar, cozinhar e saber as tarefas domésticas para ter o controle sobre as empregadas da casa e não envolviam nem mesmo a alfabetização. Uma educação com o objetivo de produzir boas esposas e mães. Na segunda metade deste século, seguindo as noções de civilidade que chegavam ao interior, citadas anteriormente, “torna-se mais comum os fazendeiros abastados permitirem às suas filhas ler, escrever, tocar piano e falar francês” (STEIN, 1961, p. 183). E, neste contexto, ocupavam também o papel de ponte entre os conhecimentos sobre saúde e os cuidados, como podemos observar nos dois exemplos a seguir.

Segundo Stanley Stein (1961), “quando o fazendeiro possuía escassos conhecimentos de medicina caseira, suas mulheres trocavam ideias com escravos ou acabam por consultar o curandeiro, figura tradicional da cultura africana” (p. 226), tal como o chamado Torquato, que aconselhava seus senhores, inclusive a declinar da necessidade de recorrer aos serviços médicos. Já o *Jornal do Agricultor* (1879), publicação voltada para ensinamentos sobre os princípios práticos da economia rural, recomendava que a mulher deveria adquirir “também alguns conhecimentos de medicina e farmácia”², mas que fosse aplicado apenas em casos leves e corriqueiros. Caso a enfermidade progredisse, era insubstituível a presença do médico. As mulheres da fazenda, portanto, tinham este primeiro contato com os médicos tanto como suas pacientes quanto como aquelas que deveriam aprender com eles.

Decididamente lhe agradava aquele médico: curava do seu corpo enfermo e entendia-lhe com a alma. Raros homens que não seu pai e Manecão³, além de pretos velhos, tinha até então visto; mas a ela, tão ignorante das coisas e do mundo, parecia-lhe que ente algum nem de longe poderia ser comparado em elegância e beleza a esse que lhe ficava agora em frente (TAUNAY, 2012, p. 96).

Apesar da visão romântica apresentada na citação acima, que descreve o olhar da paciente sobre seu médico, pertencente ao livro *Inocência*⁴, escrito por Alfredo

² ECONOMIA Doméstica. Papel da Mulher. *Jornal do Agricultor: Princípio Práticos da Economia Rural* (RJ). Julho a Dezembro de 1879, pp. 7 a 10.

³ Noivo de Inocência, protagonista do romance homônimo, escolhido por seu pai.

⁴ Originalmente escrita em 1872, a história é ambientada na vila de Sant'Ana do Parnaíba, no interior da província de Mato Grosso, na década de 1860. O livro conta a romance entre o farmacêutico Cirino Ferreira de Campos, que viajava pelo interior a medicar e juntar dinheiro, e Inocência, filha de um proprietário local e que fora curada por ele. O romance, acaba por revelar algumas características da realidade dos profissionais da saúde no interior.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

d'Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay, o amor era um elemento secundário nos arranjos de casamento. Na prática, o mais importante era a questão financeira e social dos noivos, “considerada com cuidado, pois na sua ausência uma das partes se rebaixava” (STEIN, 1961, p. 184). É interessante ainda destacar que Taunay era casado com uma das herdeiras do Barão de Vassouras. Levantamos, assim, a possibilidade da história, que fora chamada de *Romeu e Julieta dos sertões*, ter seus personagens inspirados nas suas vivências no interior fluminense, apesar de ser ambientada na Província de Mato Grosso oitocentista.

Quanto mais próspero e com maiores facilidade de deslocamento, seja por estradas, trilhos ou rios, mais o Vale do Paraíba fluminense atraía os *doutores*. No caso dos médicos, chegavam por iniciativa própria, fugindo das grande concorrência entre pares dos grandes centros, ou por contratos públicos, com as Câmaras Municipais, ou privados, com os próprios fazendeiros. Em ambos os casos, eram denominados de *médicos de partido*. Poderiam inicialmente estabelecer-se em fazendas e depois consolidar sua atuação através da abertura de consultórios ou clínicas próprias, como veremos nos estudos de caso a seguir. Os clínicos passavam a integrar a lista de bons pretendentes para os casamentos com as herdeiras dos mais influentes cafeicultores à época quando já estavam economicamente estáveis em seus municípios, eram descendentes das consideradas boas famílias ou até que possuíssem um parentesco que possibilitava o matrimônio, como também veremos a seguir. Por isso, “não era raro a esposa chamar o marido de tio e, em outros caos, de primo” (STEIN, 1961, p. 185). Os casamentos, realizados por conveniência, buscavam manter o padrão econômico das famílias envolvidas, assim como a construção de relações que fossem interessantes no momento do enlace.

Mesmo sendo a consolidação de um acordo, envolvendo dotes e, inevitavelmente, a posterior herança reservada às moças, “as festas de casamento constituíam acontecimentos sociais dos mais importantes” (STEIN, 1961, p. 184). Os salões dos solares, símbolos do poderio econômico destes grandes proprietários na região, se abriam para receber seus convidados, membro de suas redes de sociabilidade, com bailes e boas comidas, quebrando a pacata rotina da vida rural fluminense e sendo mais um momento de demonstração da sua posição social. E, “educada na tradicional submissão ao pai, ao

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

marido, ao tio e ao padrinho, a mulher devia aceitar o companheiro que lhe era destinado” (STEIN, 1961, p. 185).

Após o casamento com a filha de um importante patriarca, portanto, era comum que estes médicos deixassem de exercer a profissão ao receberem uma fazenda produtora como dote ou posteriormente como herança, dedicando-se a administração desta propriedade e dos demais bens da família. Em uma sociedade que se tornara enriquecida pela exportação do café, ocupar a posição de fazendeiro responsável por uma próspera unidade produtora era um dos principais objetivos daqueles que almejavam alcançar os lugares mais altos dentro da hierarquia social característica do Vale do Paraíba fluminense.

Enlaces no rastro do café

A partir do panorama apresentado até aqui, escolhemos seis casos de casamentos entre médicos e herdeiras de grandes cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense, que também revelam características da atuação dos médicos na região. Estes casos ainda se destacam por estarem ligados à duas das mais importantes famílias dos municípios de Valença e Vassouras, cujos patriarcas eram José Vieira Machado da Cunha (1814-1879), 1º Barão de Rio das Flores, e Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (1795-1861), 2º Barão de Paty do Alferes.

O 1º Barão de Rio das Flores teve papel fundamental no desenvolvimento da freguesia de Santa Thereza, em Valença, e da localidade onde atualmente está localizada a cidade de Rio das Flores, no Estado do Rio de Janeiro. Em 1848, casou-se com Maria Salomé Avellar e Almeida da Silva, com quem teve 10 filhos. E o mais interessante é que das cinco filhas, quatro foram casadas com médicos: Luiza Vieira da Cunha Fraga com Camillo Bernardino Fraga; Carolina Vieira Fabiano Alves com Virgílio Fabiano Alves; Anna Vieira Machado da Cunha com Belisário Vieira da Cunha; e Maria Vieira da Cunha com Thomaz Alves d’Aquino Leite (FERNANDES, 2020).

Camillo Bernardino Fraga formou-se médico em 1857 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro⁵. O nome deste médico aparece pela primeira vez *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, também denominado de

⁵ TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário. *Testamento do 1º Barão de Rio das Flores (1879)* - RG 016997/ CX 2826.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Almanak Laemmert, em 1860, atuando na Fazenda do Desengano, de Manuel Jacinto Nogueira da Gama e sua esposa Francisca Mônica Carneiro da Costa, Marquês e Marquesa de Baependy, na Freguesia do Desengano em Valença. A fonte indica seu nome como *médico de partido* desta propriedade até o ano de 1865. Nesta freguesia, ele atuou durante onze anos (1860-1871). Agradecendo o período em quem lá esteve, anunciou sua mudança para a freguesia de Santa Thereza de Valença em maio de 1871 (FRAGA, 1871).

Além da Fazenda do Desengano, Eloy de Andrade (1989) aponta que Fraga foi médico contratado da Fazenda Santa Mônica, também de propriedade dos marqueses. Como *médico de partido* desta fazenda, recebia a quantia de 600\$000 (seiscentos mil réis) anuais, tinha uma casa mobiliada, comida e até mesmo condução para realizar atendimentos na vizinhança. Porém, ainda deveria estar à disposição da família Nogueira Gama: “caso enfermar a marquesa ou algum dos filhos, não podia o clínico ausentar-se um só instante da cabeceira do doente” (TAUNAY, 1937, p. 3). Ter um médico sempre à disposição, segundo Taunay (1937), imitava as praxes da Europa.

Próximo à Fazenda de Santa Mônica, também na Freguesia de Santa Thereza de Valença, encontrava-se a fazenda do 1º Barão de Rio das Flores, segundo Affonso Taunay (1937). Possivelmente, aproximou-se ainda mais do barão após um atendimento que realizou no entorno da fazenda onde residia. Mas, além disso, Camillo Bernardino Fraga era primo de Luiza de Avellar Figueira, sogra do barão e avó da sua futura esposa, segundo informações trazidas pelo *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense*.

Casou-se com Luiza Vieira da Cunha Fraga em 18/09/1871, “com dispensa do impedimento de consanguinidade em 4º grau atingente ao terceiro de linha lateral desigual”, segundo publicação do jornal *O Apóstolo* (24/09/1871). Já em 1874, passou a ser proprietário da Fazenda União, que anteriormente pertencia a Domingos Custódio Guimarães (1802-1868), 1º Barão do Rio Preto. Ao final da década de 1870, seu nome também aparece no *Almanak Laemmert* listado entre os fazendeiros de café da freguesia de Santa Thereza.

Por ocasião da morte do sogro, Fraga foi escolhido seu testamenteiro e tutor dos seus filhos menores, assim como assume o papel de herdeiro por “cabeça” de sua esposa, tal como era denominado à época. Além disso, ainda recebeu a quantia de 3:000\$000 (três

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

contos de réis) pelos serviços médicos prestados ao falecido barão ⁶. Camillo Bernardino Fraga faleceu em 08/12/1888 e não deixou herdeiros.

Este mesmo testamento traz a seguinte indicação: “peço que façam uma festa com toda solenidade a Santa Thereza nesta Freguesia, promessa que fiz por ocasião da grande enfermidade que teve minha filha Carolina, caso a não tenha feito antes de minha morte” ⁷. Carolina Vieira Machado da Cunha, como dissemos anteriormente, também se casou com um médico: Virgílio Fabiano Alves, em 1880, e herdaram a Fazenda Nazareth, segundo o *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense*. Virgílio Alves formou-se médico também pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1879. Seu nome aparece no *Almanak Laemmert* como médico atuante em Valença, na Freguesia de Santa Thereza, entre os anos de 1883 e 1885, neste último também é indicado como fazendeiro de café.

Belisário Vieira Machado da Cunha, casado com Anna Vieira Machado da Cunha, também atuou em Valença na mesma freguesia e período que Virgílio Alves, segundo o *Almanak Laemmert*. Já Thomaz Alves d’Aquino Leite, médico casado com Maria Vieira da Cunha, atuava na província de Minas Gerais, onde estava localizada a Fazenda Monta Cavallo, que ambos herdaram. Em seu testamento ⁸, o 1º Barão de Rio das Flores deixa uma apólice de 1:000\$000 (um conto de réis) para Izaura, filha de Thomaz Alves, possivelmente enteada de sua filha.

Já no clã Lacerda Werneck, residente em Vassouras, duas das herdeiras contraíram matrimônio com médicos portugueses. Os estrangeiros vindos de Portugal eram “o maior grupo de imigrantes livres de Vassouras, forneciam os negociantes, os médicos, os advogados, os professores e, em níveis mais modestos, os empregados, os feitores de fazenda e os operários especializados e não especializados” (STEIN, 1961, p. 151). O ambiente era favorável para estes imigrantes pelo fator linguístico e pelo fato de muitos fazendeiros serem também portugueses (STEIN, 1961).

Retirou-se para o Brasil, onde por algum tempo exerceu com sagacidade e reconhecido tino clínico a sua profissão, na qual de certo

⁶ TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário. *Testamento do 1º Barão de Rio das Flores (1879)* - RG 016997/ CX 2826.

⁷ *Ibidem*.

⁸ *Ibidem*.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

se teria exalçado se o destino não lhe tivesse apontado outro caminho diverso.

Aliado na freguesia do Paty do Alferes a uma das mais importantes famílias, a quem soube dar lustre e valiosa proteção, passou a vida laboriosa de agricultor e onde ajudado pelos seus avultados conhecimentos, pelo seu espírito observador, pelo método, pôde tornar-se um dos primeiros fazendeiros do nosso município e acumular uma boa fortuna (JUSTUS, 1891, p. 3).

A citação acima, que se refere à trajetória do médico português Joaquim Teixeira de Castro, pode ser usada também para exemplificar esta transição no papel social do médico a partir do matrimônio. Segundo este elogio póstumo, Castro nasceu em 1825. Seu pai, também médico, era um homem abastado da freguesia do Arcozello, em Portugal, local onde nasceu. Formou-se em medicina e cirurgia na Escola Médico-Cirúrgica do Porto.

Segundo Stanley Stein (1961), ele tinha sido contratado em 1853 pelo barão para que atuasse como *médico de partido* de suas fazendas. Seu diploma, no entanto, não chegou a ser validado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, revelando mais uma estratégia comum aos médicos estrangeiros: a interiorização, mesmo antes desta revalidação, para já começar a trabalhar no Brasil e formar sua clientela.

Perguntado a respeito do diploma brasileiro para exercer medicina numa fazenda de Vassouras, o doutor Joaquim Teixeira de Castro, português, alegou que era graduado pela faculdade de medicina e cirurgia do Porto, e, ao chegar ao Brasil, não se submetera ao exame da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, porque “logo ao desembarcar tornei-me médico exclusivo e particular das fazendas do Barão do Paty do Alferes, onde não tratava doentes estranhos” (STEIN, 1961, p. 231).

O médico português casou-se com a filha caçula do 2º Barão de Paty do Alferes, Maria Luiza Peixoto Lacerda Werneck, em 27/05/1855, e ambos receberam uma herança de 62:005\$120 (sessenta e dois contos, cinco mil e cento e vinte réis), além da Fazenda Monte Alegre. Tornou-se dono também das fazendas Manga Larga, Palmeiras, Piedade e Arcozello, segundo o *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense*. Luiza Werneck, inclusive, deixou registrado em seu diário várias informações sobre o cotidiano de sua vida familiar e o funcionamento da fazenda onde residia.

Após seu casamento, a principal ocupação de Joaquim Teixeira de Castro deixou de ser clínico e passou a ser administrador das fazendas que passaram às suas mãos. Além

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de seu destaque como fazendeiro, passou ostentar o título de Visconde do Arcozello e a ocupar outros espaços de destaque na região e na Corte. Castro é indicado pelo *Almanack Laemmert* como sócio benfeitor da Sociedade Hospitaleira dos Albergues Noturnos de Lisboa, presidente da Caixa de Socorros Dom Pedro V do Rio de Janeiro, sócio benemérito e mordomo da Beneficência Portuguesa no Rio de Janeiro e grande benfeitor do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Observamos, portanto, que a influência deste médico ultrapassou os limites do município no qual atuou e se tornou fazendeiro, levado possivelmente por seu papel social de pertencimento a uma das famílias mais importantes da região e direcionado por sua nacionalidade.

Rosa Furquim Werneck Almeida, sobrinha da Viscondessa do Arcozello, filha de sua irmã Mariana Isabel de Lacerda Werneck e neta do 2º Barão de Paty de Alferes, casou-se com João Carlos Mayrink, cuja família era importante na Corte e próxima ao Imperador. Apesar de ter nascido em Lordello de Ouro, em Porto, em 18/04/1844, João Mayrink poderia ser considerado também brasileiro por ter sido registrado na Legação do Brasil. Antes de se formar médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1868, trabalhou no Paço Imperial. E serviu como cirurgião voluntário na Guerra do Paraguai (SILVA, 1981).

No Vale do Paraíba fluminense, segundo o *Almanak Laemmert*, atuou na década de 1870 nas cidades de Vassouras e Paraíba do Sul. E em 17/01/1874 casou-se com Rosa Almeida. Porém, sua atuação profissional concentrou-se na Corte, sendo dois espaços de sociabilidade compartilhados com Joaquim Teixeira de Castro e ligados diretamente à sua origem portuguesa: a Caixa de Socorros Dom Pedro V e a Sociedade Portuguesa de Beneficência, onde trabalhou como médico adjunto no hospital e depois passou a dirigir a enfermaria de eletroterapia de doenças nervosas, segundo o *Gazeta de Notícias* (16/11/1884). Por sua atuação profissional “de grande renome”, João também recebeu o título de Visconde de Mayrink (SENNÁ, 1917, p. 45). Além de sua atuação profissional, o *Gazeta de Notícias* (01/12/1905) indica que o médico luso-brasileiro também foi diretor fiscal do Banco Construtor na filial de Paris.

Considerações finais

Cabe ressaltar que os médicos acima mencionados, além da aproximação desta elite agrária local por meio de sua atuação profissional e laços matrimoniais, também tinham

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

origem em famílias abastadas, o que fazia deles pretendentes ainda mais ideais para as herdeiras daqueles grandes cafeicultores. Assim, nestes casos, compartilhamos as palavras de Alain Corbin (2009): “no seio das famílias burguesas, até por volta de 1880, o prestígio do médico precede sua eficácia” (p. 558).

Além dos espaços sociais que alcançaram através de seu trabalho como médico, consideramos que tornar-se um membro efetivo desta aristocracia rural também facilitava à chegada destes profissionais à esfera política regional e até mesmo a ocupar altos cargos políticos na Corte. Aquele capital social e financeiro inicialmente fornecido por sua aproximação e trabalho para estes grande proprietários deveria, portanto, ser retribuído com o apoio político. Assim, observamos que os interesses de sua rede de sociabilidade tinham peso nas ações políticas desenvolvidas por estes médicos, principalmente quando chegam a ocupar lugares de destaque na política da Corte.

Os médicos são, sem dúvida, uma referência nas suas respectivas cidades. Muitos acabam por se envolver na vida política, demonstrando popularidade. Foram deputados, constituintes, prefeitos, juízes de paz, senadores, ministros e ocupavam uma série de outros cargos políticos, como provedor da Santa Casa e cargos da saúde pública dos seus municípios (FIGUEIREDO, 2002, p. 217 e 218).

Acompanhar os modos de inserção tanto profissional quanto pessoal dos clínicos nos fornece uma “área de privilegiada de observação histórica” (HEINZ, 2006, p. 12), através da qual compreendemos as dinâmicas internas deste grupo, assim como seus modos de interação com os demais atores sociais. E isto acaba por revelar a importância e o modo que se construía as redes de contato, que faziam do Vale do Paraíba fluminense um espaço de características sociais singulares, que não eram encontradas em outros locais, desenvolvidas a partir da posição que passou a ocupar na economia e na política do Império brasileiro. Através das estratégias que se mostravam eficazes em suas trajetórias, e aqui incluímos os matrimônios, o grupo médico “torna-se, então, um revelador das estruturas sociais concretas” (CHARLE, 2006, p. 31).

Bibliografia

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Fontes arquivísticas:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário. *Testamento do 1º Barão de Rio das Flores* (1879) - RG 016997/ CX 2826.

Fontes impressas:

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) (1844-1885). Disponível em Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

CAIXA de Socorros Pedro V. *Jornal do Commercio*, 19 de dezembro de 1869, p. 5. Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

ECONOMIA Doméstica. Papel da Mulher. *Jornal do Agricultor: Princípios Práticos da Economia Rural* (RJ). Julho a Dezembro de 1879, pp. 7 a 10. Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

EXPEDIENTE do Bispado. *O Apóstolo*, 24 de setembro de 1909, p. 7. Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

FALECIMENTO. *Gazeta de Notícias*, 02 de dezembro de 1905, p. 3. Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

FRAGA, Camillo Bernardino. Santa Thereza de Valença. *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de maio de 1871, p. 4. Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

JUSTUS. Visconde do Arcozello. *Jornal do Commercio* (RJ). 12 de maio de 1891. p. 3. Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

NO Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência. *Gazeta de Notícias*, 16 de novembro de 1884, p. 2. Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

SENNA, Nelson de. A Laura do Petrarca de Vila Rica (Marília de Dirceu). Apêndice de notas. *Revista Americana*, maio de 1917, p. 45. Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

SILVA, Rudy Mattos. O Visconde de Mayrink e Vassouras. *Mensário do Arquivo Nacional*, abril de 1981, pp. 9 a 14. Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

TAUNAY, Affonso de E. Aspectos do esplendor cafeeiro fluminense. *Jornal do Commercio*, 14 de fevereiro de 1937, p. 3. Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Eloy de. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Rio Gráfica e Editora, 1989.

CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de um balanço crítico da historiografia contemporânea. IN HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CORBIN, Alain. Bastidores. IN PERROT, Michelle (org). História da vida privada, 4: Da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERNANDES, Anibal de Almeida. 1º Barão de Rio das Flores. Disponível em https://www.genealogiahistoria.com.br/index_baroesviscondes.asp?categoria=3&categoria2=2&subcategoria=75 – Acessado em 20 de julho de 2021.

FAURE, Olivier. O olhar dos médicos. IN CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques, VIGARELLO, Georges. História do corpo: da Revolução à Grande Guerra. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. IN HEINZ, Flávio M. (org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

INVENTÁRIO das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Disponível em <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/> - Acessado em 20 de julho de 2021.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e a Serra. Rio de Janeiro: Divisão Cultural, 1963.

MARRAS, Stelio. A propósito de águas virtuosas: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil. Belo Horizonte/MG: Editora Humanitas, 2004.

MAUAD, Ana Maria e MUAZE, Mariana. A escrita de intimidade: história e memória no diário da Viscondessa do Arcozelo. IN GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MUAZE, Mariana. Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial. IN MUAZE, Mariana e SALLES, Ricardo. O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

SALLES, Ricardo. E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SHERIDAN, Richard B. Doctors and Slaves: A medical and demographic history of slavery in the British West Indies, 1680-1834. Cambridge: Cambridge University Press 1985.

STEIN, Stanley J. Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba: com referencial especial ao município de Vassouras. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle [Visconde de Taunay]. Inocência. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2012.